



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA UNIVERSIDADE DO CONTESTADO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SANTA CATARINA

Argos Gumbowsky

Universidade do Contestado
g.argos@brturbo.com.br

Mauri Augusto Salomon

Universidade do Contestado
maurigustavo01@gmail.com

RESUMO

O presente estudo é parte integrante do projeto intitulado contribuições da Educação Superior para o desenvolvimento local: a percepção dos gestores públicos e das entidades organizadas do município de Canoinhas, estado de Santa Catarina'. O objetivo geral consistiu em identificar as principais ações desenvolvidas pela Universidade do Contestado (UnC) – Campus Canoinhas no período compreendido entre 2001 e 2013. Utilizou-se para consecução deste estudo os princípios da pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e histórica.. O ensino superior teve início no município de Canoinhas no ano de 1970 com a criação da Esta realidade também fez-se presente na UnC-Canoinhas. Concluiu-se com o estudo, que a Universidade do Contestado – Campus Canoinhas teve papel significativo na contribuição para o desenvolvimento local, através de ações como a criação de cursos de graduação e ampliação de vagas no período pesquisado, atividades de pesquisa e extensão.

Universidade. Desenvolvimento local. Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea têm-se caracterizado por profundas transformações nos vários segmentos da vida humana. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem revolucionado a organização dos processos produtivos; o acesso e a distribuição da informação através dos recursos da informática; a tentativa de organização das economias em blocos regionais com o objetivo de melhorar a competitividade frente a um mercado cada vez mais globalizado e segmentada entre países ricos e pobres; a acentuada diferenciação social com a concentração de renda em menor número de pessoas o que tem gerado aumento da pobreza, aliada à discriminação racial e atitudes de intolerância que tem gerado conflitos em distintas regiões do planeta; na geopolítica mundial a queda do bloco socialista; as novas formas de governo resultantes da reivindicação da democracia, liberdade e pluralidade. Como parte integrante desta aldeia global o Brasil tem assimilado mudanças nos campos econômico, político, social e cultural. No segmento da Educação Superior tem-se no Brasil como noutros países constatado crescimento e diversificação. A desconcentração geográfica tem permitido

ao jovem a oportunidade de cursar o ensino superior na sua própria cidade ou em cidades próximas evitando-se o êxodo de jovens para os grandes centros urbanos.

Esta política de desconcentração do ensino superior, especificamente no estado de Santa Catarina, não representa um fato inovador. Já nas décadas de 1960 e 1970 o ensino superior foi interiorizado com objetivo de contribuir para o desenvolvimento das diferentes regiões com a participação da sociedade organizada.

A expansão do ensino superior para o interior catarinense tem suas raízes históricas na preocupação da comunidade com a evasão de jovens para centros maiores em busca do título universitário. A mobilização da sociedade proporcionou a constituição de várias unidades de ensino superior distribuídas pelo estado. Num primeiro momento a criação das instituições de ensino superior no interior catarinense representou a retenção, fixação e o aumento (com a atração de docentes e a qualificação de pessoal) do capital intelectual local.

Percebe-se que a criação das instituições de ensino superior no interior pode ser caracterizada como um processo de desenvolvimento local, na medida em que houve uma articulação dos atores sociais com um objetivo tanto político, quanto econômico e social da comunidade. Num segundo momento, houve a articulação das fundações educacionais em um órgão representativo com a finalidade de defender seus interesses, captar recursos e profissionalizar suas atividades. Ocorre a segunda expansão do ensino superior no interior com a abertura de novos campi em cidades na área de abrangência das instituições. Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorre um momento de opção para os estabelecimentos de ensino superior, sendo que a maioria deles escolhe se transformar em universidade, a partir desta decisão as instituições de ensino superior iniciam um processo de produção de conhecimento, ocorrendo uma nova expansão qualitativa do ensino superior no interior do estado catarinense. O relacionamento entre sociedade e universidade, no caso das fundações educacionais, permitiu a manutenção e a qualificação do capital humano nas suas respectivas regiões, refletindo no desenvolvimento econômico e social local.

Conhecer a contribuição da Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC) e Universidade do Contestado (UnC) para o desenvolvimento local na percepção das entidades organizadas no período compreendido entre 1970 a 2013 constitui-se no objetivo principal deste estudo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

É tema recorrente em diversos municípios que a pura e simples instalação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pode oportunizar grandes benefícios para desenvolvimento do mesmo. Utiliza-se a expressão ‘indústria sem chaminés’, desconsiderando outros fatores necessários a criação e implantação de uma IES. Este discurso ganha força quando da proximidade dos pleitos eleitorais. A pesquisa teve como objetivos específicos: a) Registrar o processo de implantação Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC) e Universidade do Contestado (UnC). b) Reconhecer a percepção das entidades organizadas do município de Canoinhas no período compreendido entre 1970 a 2013 quanto a contribuição da IES para o desenvolvimento local. c) identificar os anseios e expectativas das entidades organizadas quanto as ações prioritárias a serem implementadas pela UnC no Campus Universitário de Canoinhas com vistas ao desenvolvimento local.

A pesquisa desenvolveu-se no município de Canoinhas, estado de Santa Catarina. O universo constituiu-se de 37 entidades: a) associações de classe; b) clubes de serviço; c) sindicatos de classe. No estudo utilizou-se da amostragem não probabilística Intencional.

A pesquisa classificou-se : a) quanto a natureza, em pesquisa aplicada; b) quanto a forma de abordagem em qualitativa. Foram considerados os dados coletados através de questionário sem o compromisso de análise estatística; c) quanto aos fins, em descritiva e explicativa. Descritiva na medida em que não teve como compromisso principal a explicação de todos os fenômenos. Entretanto, aqueles fatos merecedores de maior atenção buscou-se esclarecer os fatores determinantes do fenômeno. Quanto aos meios de investigação, caracterizou-se uma pesquisa de campo. Assumiu também características de pesquisa documental. Foram consultados: a) documentos institucionais; leis, projetos, regulamentos, registros de cartório; b) instrumentos de comunicação institucionais, dentre outros. Quanto aos meios de investigação, pode-se considerá-la bibliográfica, uma vez que teve por base a consulta em livros, jornais, redes eletrônicas dentre outras. Buscou-se em bibliografias, na legislação educacional, no projeto de criação das IES, subsídios teóricos e fundamentos que permitiram a compreensão pormenorizada das razões que motivaram a criação das mesmas. Também se caracterizou como uma pesquisa, *Ex pos facto*, uma vez que foram analisados os fatos já ocorridos, não havendo controle de variáveis.

A pesquisa também articulou-se com os princípios da pesquisa histórica por produzir um registro fiel do passado, e contribuir para solução de problemas atuais. (RICHARDSON, 1999).

As fontes de pesquisa foram de duas naturezas: primárias e secundárias. A coleta de dados foi realizada utilizando-se questionários.

3. O SISTEMA MUNICIPAL FUNDACIONAL CATARINENSE: UM EXEMPLO DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Independentemente da ação dos governos federal ou estadual, fundações educacionais foram sendo criadas a partir da década de 1960, com estrutura administrativa e financeiras próprias – em todos os casos com o aval dos municípios – públicas, portanto – com forte apoio financeiro. Esta iniciativa, além de atender os anseios locais, a ampliação do número de vagas no ensino superior encontrava respaldo da legislação da época.

A lei federal nº 4.024/61, em seu artigo 107, concede estímulo às fundações educacionais ao mencionar que “O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades.” A lei federal nº 5.540/68, no seu artigo 2º, dispõe que “O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.”

A reforma universitária de 1968 teve como referência o Relatório Atcan (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Destaca Chauí que:

O Relatório Meira Mattos propõe uma reforma com objetivos práticos e pragmáticos, que sejam ‘instrumento de aceleração do desenvolvimento, instrumento de progresso social e de expansão da expansão de oportunidades, vinculando a educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país’. (2001, p.47)

Apesar das leis federais nº 4.024/61 e nº 5.540/68, que estabeleceram a reforma universitária, determinarem que o ensino superior fosse ministrado em universidades, no

contexto catarinense o que prevaleceu foi a exceção, ou seja, a proliferação de instituições isoladas de ensino superior. Frente a este contexto, começam a se delinear as primeiras iniciativas com vistas à criação de instituições de ensino superior isoladas em Santa Catarina.

Esse processo teve início em 1964, desencadeando iniciativas irreversíveis de: a) interiorização da oferta de ensino superior; b) democratização das oportunidades de acesso a cursos superiores de formação profissional; c) formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais; d) constituição de um corpo de professores capacitado, selecionado segundo os critérios exigidos pelo Conselho Federal de Educação; e) instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada; f) disseminação, por todo o Estado, de equipamentos laboratoriais e de bibliotecas especializadas.

A expansão desordenada do ensino superior no Brasil, sem um adequado planejamento, levou o Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria Ministerial nº 514 – de 27 de agosto de 1974, a dividir o país em distritos geoeeducacionais, determinando que

[...] para apreciação de projetos e programas com vistas a aglutinação ou associação de estabelecimentos de ensino superior em universidade ou federação de escolas, bem como daqueles que visavam a expansão do ensino superior do país, seriam observadas a situação e as necessidades da rede de ensino nos limites de cada distrito.(HAWERROTH, 1999, p. 42).

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, através da Resolução nº 36/81, instituiu os subdistritos geoeeducacionais, como parâmetro para o planejamento, coordenação e controle das ações do governo estadual no ensino superior. O Artigo 2º, do citado Parecer, estabelecia: “A criação dos subdistritos geoeeducacionais objetiva a racionalização e soma de esforços para a expansão e aprimoramento do ensino superior evitando a duplicação de meios para fins idênticos.” Por esta Resolução, o estado de Santa Catarina foi dividido em oito subdistritos geoeeducacionais. Deste modo, via legislação, tentava-se garantir a distribuição mais equânime das IES no estado de Santa Catarina.

As primeiras décadas foram marcadas por crises que assolaram as Fundações Educacionais, marcadas por: dependência administrativa do poder público municipal; carência de corpo docente habilitado; o processo de interiorização se deu prioritariamente em cidades litorâneas; distorção na criação de cursos por área de conhecimento; infraestrutura precária; vagas ociosas; falta de apoio financeiro e técnico.

Hawerth (1999) identificou em suas pesquisas das instituições fundacionais com o desenvolvimento de suas respectivas regiões através do atendimento das vocações regionais e o despertar de novas vocações. Concluiu “que o ensino superior influencia positivamente a distribuição de renda, a renda per capita, a formação da cidadania e, por consequência, o desenvolvimento econômico, científico, social e cultural da região em que atua.”(p.148) Importante frisar que a universidade deve ser compreendida como uma instituição social. E neste sentido: “[...] significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.”(CHAUI, 2001, p. 35)

O processo de colonização do Meio-Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina teve início no começo deste século, quando diferentes etnias e culturas foram se instalando na região, associadas às iniciativas diversificadas no campo econômico, social e educacional. As iniciativas de colonização geraram formas de desenvolvimento e de expansão que se tornaram significativas nos anos subsequentes na medida em que se consolidaram. Fator decisivo deste avanço, em algumas áreas, foi o processo de interiorização do ensino de 3º grau através da criação de Instituições de Ensino Superior isoladas nesta região, como de resto, em todo o Estado, a partir dos anos 1970.

Na região de abrangência da UnC, o ensino superior foi implantado na cidade de Canoinhas em 17 de dezembro de 1970, na cidade de Caçador em 31 de julho de 1971, na cidade de Mafra em 04 de novembro de 1971, na cidade de Concórdia em 09 de abril de 1976 e na cidade de Curitiba em 24 de junho de 1976.

Tais iniciativas foram resultado do empenho das lideranças regionais que obtiveram aprovação para a implantação dos primeiros cursos superiores nesta região.

Com a implantação dos primeiros cursos, cresceram as possibilidades e demandas para o ensino superior.

Paralelamente aos cursos de graduação, foram criados, a partir de 1980, cursos de pós-graduação “lato sensu”, cuja finalidade era especializar professores e profissionais na área empresarial, social e da saúde.

O ensino superior nas décadas de 1970 e de 1980 foi responsável pela formação da quase totalidade dos professores que atuam nas redes de ensino de educação básica da região e dos profissionais de nível superior atuantes nos diversos setores da economia e serviços da região.

De forma assistemática, mas crescente, programas de extensão foram desenvolvidos, demonstrando que as instituições, além do ensino, necessitavam apoiar e implementar outras áreas e setores das comunidades. Em vista da capacidade técnica e humana presente na área do ensino, organizações e instituições da comunidade externa buscaram serviços especializados, particularmente voltados para a educação, produção e setores comunitários.

A pesquisa desenvolvida nestas duas décadas de ensino superior foi muito modesta. Apenas recentemente professores com formação em nível de mestrado e de doutorado começam a implementar a pesquisa. Os projetos de pesquisa começaram a surgir na medida em que esta atividade foi sendo institucionalizada e docentes disponibilizados.

A experiência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão adquirida neste período, criou condições para que se pensasse para a região um projeto com maior amplitude e perspectivas: a criação de uma universidade.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O município de Canoinhas

O município de Canoinhas está localizado na Região Sul do Brasil. O recorte territorial desta pesquisa, determinada em escala local, compreende o Município de Canoinhas, este inserido na mesorregião IBGE Norte catarinense.

Figura 01 – Localização do município de Canoinhas



Fonte: Sebrae, 2013.

O município de Canoinhas emancipou-se em 12 de setembro de 1911, sendo colonizado por alemães, poloneses, ucranianos, italianos. Conta com população estimada para 2014 de 54.079 habitantes. O IDH-M de Canoinhas em 2010 foi de 0,757. Segundo os dados do Censo 2010, o município possuía a incidência de 2,0% da população com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, 9,3% com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e 29,8% da população com renda familiar per capita de até 1/4 salário mínimo.

No ano de 2013 o Índice da Educação Básica nos anos iniciais atingiu 5,4 e os anos finais 4,3. O município em 2011, possuía um PIB per capita da ordem de R\$ 18.312,71 colocando-o na 127ª posição do ranking estadual num total de 295 municípios.

Na avaliação dos setores produtivos de Canoinhas, o setor de serviços contribuiu com 48%, a indústria contribuiu com 21% e a agropecuária contribuiu com 14% do Valor Adicionado Bruto municipal.

4.2 Da Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense – Funploc a Universidade do Contestado – UnC

A Universidade do Contestado – UnC, Campus Canoinhas, antes denominada Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense – FUNPLOC, foi criada pelo Poder Público Municipal em 7 de dezembro de 1970, pela lei Municipal n. 954. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto 367 de 20 de dezembro de 1971. Iniciou suas atividades com o curso de Administração em 07 de fevereiro de 1973 no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A figura que segue permite identificar a FUNPLOC no contexto das IES no território catarinense.

Figura 01 – Distribuição das Instituições de Ensino Superior Fundacionais – 1974



Fonte: Acafe, 1999.

A área onde localiza-se atualmente, na sede do município, foi adquirida em 31 de dezembro de 1973. O prédio foi inaugurado em 23 de julho de 1978. No período de 1970 a 2009 exerceram a Presidência da Mantenedora do Campus: Luiz Fernando Freitas (1970 a 1977); Paulo Dequech (1977 a 1983); Acácio Pereira (1983 a 1986); Zaiden Emiliano Seleme (1986 a 1987); Leoberto Weinert (1987 a 1992); Gaston Mário Cazamajou Bojarski (1993 a 1996); João Rosa Müller (1997 a 2004) e Hamilton Wendt (2005 a 2009).

A partir de 1991 a FUNPLOC passou a integrar a Universidade do Contestado - UnC. Neste período o campus foi dirigido academicamente pelos professores: Gaston Mário Cazamajou Bojarski (1993 a 1998); Armindo José Longhi (1998 a 2002) e Argos Gumbowsky (2002 a 2010). Em 2011 implantou-se nova estrutura organizacional sendo a gestão do campus ocupada por Celia Pereira Gomes (2010-1) e Argos Gumbowsky (2010-2 a 2013-1).

Enquanto fundação isolada criou apenas dois cursos: Administração (1973) e Pedagogia (1986).

A pesquisa procurou averiguar os objetivos da criação da Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC) e posteriormente sua integração a Universidade do Contestado (UnC). Os dados da pesquisa indicaram que os principais objetivos foram no a) âmbito político, o acesso ao ensino superior (81%); b) no âmbito econômico, a contribuição para o desenvolvimento local (95%); da sociedade, promovendo a capacitação (92%); ainda no âmbito político, oportunizando a projeção dos gestores em cada período histórico. Neste último questionamento percebeu equilíbrio nos posicionamentos: 49% dos entrevistados comungam com este pressuposto, enquanto 29% discordaram. Dentre os presidentes da mantenedora no período de 1971 a 2009, cinco enveredaram na vida política partidária ocupando cargos na administração pública municipal ou concorrendo em eleição local ou estadual.

A UnC começou a ser esboçada considerando os 20 anos de história do ensino superior desenvolvido na região. Em atenção às características, às potencialidades e perspectivas que se vislumbravam, em março de 1990, foi constituída uma Comissão integrada por professores das cinco unidades de ensino superior, responsável pela elaboração da Carta-Consulta e posteriormente, pelo Projeto da Universidade.

Para transformar as instituições de ensino superior isoladas constituindo uma única entidade, foi criada em 28 de março de 1990 a Federação das Fundações Educacionais do Contestado-Fenic, mantenedora das cinco unidades, a partir de então, denominadas campi universitários, situados em Caçador, Concórdia, Canoinhas, Mafra e Curitiba. A Fenic foi constituída como instituição de caráter regional e comunitário, de fins filantrópicos e científico-culturais, com personalidade jurídica de direito privado.

A Comissão constituída com a finalidade de elaborar o processo da Universidade do Contestado protocolou, em 30 de março de 1990, a Carta-Consulta com pedido de autorização da Universidade do Contestado. Foi designada, pelo CFE, uma Comissão de Consultoria, composta pelos seguintes professores: Conselheira Zilma Gomes Parente de Barros-presidente, Dolores Ruth Simões de Almeida e Ignácio Ricken, para verificar “in loco” as condições existentes na UnC e recomendar a reelaboração da Carta Consulta à luz do Parecer 642/90/CFE.

Desta forma, nos dias 21 a 24 de agosto de 1990, a Comissão de Consultoria visitou as cidades de Concórdia, Canoinhas, Mafra, Curitiba e Caçador para avaliação do pleito com as lideranças da região, dirigentes e comunidade acadêmica. A partir desta visita, a Comissão de Consultoria recomendou a continuidade da tramitação do processo de criação da UnC, pela via da autorização, conforme Relatório de 24/08/90.

Em decorrência dos novos encaminhamentos solicitados, o Conselho Federal de Educação, pelo Parecer nº 41/91, de 30 de janeiro de 1991, acolheu a Carta-Consulta, com vistas à criação, pela via da autorização, da Universidade do Contestado - UnC. O citado Parecer fixou o prazo de 180 dias, para que a UnC elaborasse o respectivo Projeto de Universidade, consoante às normas constantes na Portaria nº 21/90, combinadas com aquelas emanadas da Comissão Especial de Universidade do CFE. Pelo Parecer nº 319/91, de 6/06/91, o prazo de 180 dias foi dilatado para um ano, extensivo a todos os processos de criação de universidades pela via da autorização.

Tendo presente o Parecer nº 41/91, que acolheu a Carta-Consulta, o Presidente do CFE baixou a Portaria nº 3, de 19 de fevereiro de 1991, designando a Professora e Conselheira Zilma Gomes Parente de Barros- presidente da Comissão e os professores Dolores Ruth Simões de Almeida, da Universidade Federal de Santa Catarina, Lauro Ribas Zimmer, da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro, e Ignácio Ricken, da Universidade do Estado de Santa Catarina, para procederem o acompanhamento do processo de autorização da Universidade pela via da autorização.

A UnC, em 03 de setembro de 1991, deu entrada junto ao Protocolo do CFE, do Projeto da Universidade do Contestado.

Em decorrência da transformação das cinco instituições isoladas mantenedoras de ensino superior em Federação das Fundações Educacionais do Contestado e do Parecer 41/91 que acolheu a Carta-consulta para a criação da Universidade, o Parecer 464/91 do CFE em 2 de outubro de 1991 confere o nome de União dos Centros de Ensino Superior- UnC ao novo ente acadêmico. O Relatório da Comissão de Acompanhamento anexo ao projeto da UnC apresenta os seguintes registros:

Na análise do Projeto de Universidade da UnC, a Comissão de Acompanhamento atentou para os diversos aspectos que regem a matéria, seja a legislação do ensino superior e a jurisprudência do CFE, como ainda as normas contidas na Resolução CFE nº 03/83, no Decreto nº 87.911/82, na Portaria CFE nº 21/90 e nas diretrizes da Comissão Especial de Universidades. Foi, igualmente, comprovada a veracidade dos dados e informações. A Comissão analisou também os diversos Anexos que acompanham o Projeto, considerando-os adequados, bem elaborados e em condições de serem implantados os planos submetidos à sua apreciação.”(Relatório da Comissão/CFE)

Ao longo do acompanhamento, mormente por ocasião das visitas, a Comissão observou o crescimento da equipe coordenadora do Projeto da Universidade, bem como o aperfeiçoamento da concepção do Projeto da UnC. A Comissão constatou ainda uma notável mobilização das lideranças locais e regionais, bem como da comunidade acadêmica regional, engajadas na criação da Universidade do Contestado, considerando ser uma instituição indispensável ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural da região de abrangência.

Com base nas observações feitas, nas constatações ‘in loco’, na elaboração clara e coerente do Projeto de Universidade e, finalmente, tendo em vista o cumprimento da legislação e das normas específicas do CFE que regem a matéria, a Comissão de Acompanhamento recomendou a aprovação do Projeto da Universidade. Em decorrência das análises finais, o Ministério da Educação e do Desporto baixou Portaria nº 1941/91 em 25/10/91 aprovando a constituição da nova entidade e o CFE, pelo Parecer nº 589/91, em 6/11/91, autorizou a Universidade do Contestado a implantar seu projeto institucional.

Em decorrência da autorização de implantação da Universidade do Contestado, a UnC, a partir de 1992, estruturou-se de conformidade aos seus novos ordenamentos jurídicos e acadêmicos aprovados com o projeto da Universidade.

Para tanto, foram compostos os colegiados superiores: Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnC e Conselho de Administração Superior da nova mantenedora, sendo empossados seus membros e preenchidos os cargos da Administração Superior da UnC.

Pelo Parecer nº 270/92 do CFE, aprovado em 05/05/92, foi dada ao CEE-SC a extensão da prerrogativa mencionada no artigo 15 da Lei 4.024/61 e no artigo 9º, § 2º da mesma lei. Tal extensão foi homologada pela Portaria nº 1.037 de 07 de julho de 1992, do Ministério da Educação. Investido das novas funções, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina assumiu o processo de acompanhamento das universidades no Estado.

Assim, o então Presidente do CEE-SC, Conselheiro Kuno Paulo Rhoden, instituiu a Comissão de Acompanhamento, constituída pelo Conselheiro Almerindo Brancher - Presidente, e pelos professores Francisco Gabriel Heidemann, da Universidade Federal de Santa Catarina, Marli Schramm, da Universidade Regional de Blumenau e Wilson Schuelter, da Universidade do Sul de Santa Catarina, para acompanharem o processo de transformação, pela via da autorização, da Universidade do Contestado-UnC.

Para proporcionar à Universidade do Contestado um modelo jurídico e administrativo que propiciasse maior consistência e solidez, a fundação mantenedora, e por recomendação do CEE, o Conselho de Administração Superior da UnC aprovou a extinção da Federação das Fundações Educacionais, transformando-a em Fundação Universidade do Contestado e transferindo-lhe todo o patrimônio, cursos e demais funções. Esta transformação ocorreu em 29 de abril de 1994, tendo seus novos estatutos sido acolhidos em 05 de maio de 1995 pelo Parecer 162/95 do CEE, e pelo Parecer 201/95 de 07 de novembro de 1995 o CEE aprovou a transferência de todos os cursos e vagas.

Após a quarta visita efetuada, a Comissão de Acompanhamento procedeu avaliação final. Fez os devidos registros, apresentando suas recomendações e orientações para que a UnC elaborasse e encaminhasse ao CEE o processo final de reconhecimento.

A UnC foi reconhecida e credenciada em 21/10/97, pelo Parecer 246/97 CEE/SC, em 03/12/97 e pela Resolução 42/97/CEE/SC. Foi recredenciada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, através do Parecer nº 016/2006, do dia 07/03/2006, que resultou na Resolução nº 007/2006.

A figura 02 indica a localização dos campi e núcleo da UnC logo após o seu reconhecimento pelo Conselho Estadual de Santa Catarina

Figura 02 – Distribuição geográfica dos campi e Unidades da UnC – 1997



Fonte: Acafe, 1999.

Até o final de 2009 a mantenedora da UnC foi Fundação Universidade do Contestado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.195/0001-14, com sede na cidade Caçador, com suas comantenedoras, ou seja cada um dos seus cinco *campi* eram mantidos por uma fundação local, criadas pelos seus municípios.

Para resolver a questão das mantenedoras foi deflagrado o processo de unificação das fundações, em 20 de fevereiro de 2009, através de uma reunião convocada pela 25ª Procuradoria do Ministério Público de Santa Catarina, com a participação dos dirigentes das seis Fundações, Ministério Público e do Conselho Estadual de Educação.

Os encaminhamentos, conduzidos por uma Comissão de Detalhamento, resultaram na escolha da Fundação Universidade do Contestado – FUnC, criada pela Lei Municipal no 730/71, inscrita no CNPJ sob o nº 83.395.921/0001-28, caracterizada pela origem pública sob a égide da natureza do direito privado, com na cidade de Mafra, para ser mantenedora da UnC. Com a aprovação do novo estatuto, em 27 de agosto de 2009, ficou definido a nova estrutura organizacional e administrativa da fundação cuja implantação ocorreu em 02 de janeiro de 2010. Com a unificação a Fundação Universidade do Contestado – UnC/Caçador deixou de fazer parte da UnC.

Assim sendo, com as alterações decorrentes do processo de unificação, tem-se a seguinte configuração multicampi para a UnC: I. *Campi* Universitários: Mafra, Canoinhas, Concórdia e Curitibanos. II. Núcleos Universitários: Porto União e Rio Negrinho. Pelo Parecer 023/2010-CEE/SC e pela Resolução 005/2010 – CEE/SC, de 09/03/2010, a Universidade do Contestado obteve do Conselho Estadual de Educação a homologação da transferência de mantenedora e aditado o seu recredenciamento por mais 18 (dezoito) meses (até setembro/2012). A figura 03 indica a localização dos campi e núcleo da UnC após o processo de unificação das mantenedoras.

Figura 03 - Distribuição geográfica dos campi e Unidades da UnC - 2010

Sistema ACAFE



Fonte: Acafe, 2014.

Do conjunto de pesquisados, 95% afirmaram que a Funploc/UnC apresentou mudanças ao longo da história. Dentre as mais significativas pode-se apontar: a) melhoria do ensino e de formação de recursos humanos (89%); b) ampliação na produção de conhecimento na pesquisa (86%); c) contribuição para o desenvolvimento local (95%); d) atendimento as diretrizes e políticas econômicas do estado (84%); e) ampliação da estrutura física (92%); f) Aquisição de equipamentos e implantação de laboratórios (81%).

O artigo 207 da Constituição brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Neste sentido questionou com qual a intensidade a UnC contribui com estes princípios no município de Canoinhas. Tanto o ensino como a pesquisa e a extensão, na percepção das entidades, apresentam contribuição considerada como grande/muito grande. A primeira com 92%, a segunda com 65% e a terceira 75% respectivamente.

A adequação dos cursos de graduação da UnC em Canoinhas as necessidades locais foi avaliado como bom por 70% dos pesquisados. Dentre os cursos ofertados pelo campus, Administração, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal são apontados como sendo os que mais contribuem para o desenvolvimento local. Há de se considerar também o curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, cujos objetivos vinculam ao compromisso da IES com o desenvolvimento da região. Dentre os pleitos de novos cursos explicitados pelos entrevistados estão: medicina, agronomia e engenharia civil.

Muito embora afirmem existir algum tipo de relacionamento entre as entidades e a IES, este ainda está longe do ideal. As mais representativas são: consultoria (16%); convênios/projetos e ensino (30%); treinamentos e seminários (35%) e prestação de serviço (16%). São apontados como barreiras no relacionamento entre as entidades e a UnC-Canoinhas: a) falta de interesse da UnC (38%); b) diferenças culturais entre os interlocutores (30%); c) falta de interesse dos atores locais (46%); d) falta de conhecimento de ambos os

interlocutores (51%); e) falta de infraestrutura e mecanismos de incentivo (38%); f) falta de interlocução entre ambos (51%). 60% das entidades desconhecem alguma política que promova a interação entre a UnC em Canoinhas e outras instituições, que não seja a empresa (como: institutos de pesquisa, agências de fomento e financiamento, instituições técnicas, órgãos de governo, ONGs, etc.). Apenas 35% dos pesquisados percebem alguma política institucional que proponha a realização de práticas empreendedoras de forma que a UnC em Canoinhas desempenhe um papel proativo no desenvolvimento local. O ensino constitui-se na principal contribuição da IES para o desenvolvimento local (92%). Muito embora seja apontada a inexistência dessa política, ações isoladas em diferentes segmentos são lembradas por contribuírem com o desenvolvimento local: no segmento econômico (78%); no segmento cultural (76%); educacional (92%); social (73%); político (48%); ambiental (43%); tecnológico (62%); agrossilvopastoril (62%); integração regional (57%).

Há quase uma unanimidade quanto a UnC poder constituir-se num instrumento significativo para o desenvolvimento local (95%). Enquanto interlocutor com o espaço local 38% afirmam ser grande. Também 81% possuem uma representação (imagem) positiva da UnC em Canoinhas.

O desejo de parcerias das entidades pesquisadas é grande, considerando que 65% estariam dispostos a ações conjuntas que promovessem o desenvolvimento local. Esta intenção é corroborada pelo índice de 20% que encontram algum tipo de barreira com a IES para a efetivação de parcerias. Há equilíbrio (48%) quando avalia-se a participação da UnC-Canoinhas na participação junto à sociedade civil. Quanto ao impacto das ações da UnC no município de Canoinhas, este é avaliado como grande por 62% dos entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerrando que o objetivo proposto pela pesquisa foi conhecer a contribuição a contribuição da Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC) e Universidade do Contestado (UnC) para o desenvolvimento local na percepção das entidades organizadas no período compreendido entre 1970 a 2013 tem-se como principais resultados: a) reconhecimento das entidades quanto ao papel da Funploc/UnC como agente do desenvolvimento local; b) criação de cursos de graduação e ampliação de vagas no período pesquisado; c) o ensino constitui-se no carro chefe das IES seguido pela pesquisa e extensão; d) baixa interação da IES com as entidades pesquisadas; e) imagem positiva da IES na percepção dos entrevistados; f) disposição das entidades em desenvolver ações conjuntas com a UnC objetivando o desenvolvimento local.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE). **Acafe – 25 anos**. Acafe: Florianópolis, 1999.

------. Disponível em: <http://www.afe.org.br/new/index.php?endereco=conteudo/institucional/mapas.php>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

BORDIGNON, G. **Estabelecimentos isolados de ensino superior**: um estudo das Fundações Educacionais de SC. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27833 – 27841.

BRASIL. Lei 10.172, de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. DOU 10/01/2001.

-----. Ministério da Educação. Documento referência para o Fórum Nacional de Educação Superior. 24 p. portal.mec.gov.br (acesso em 30 mar. 2009).

CHAUI, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DINIZ, J. Empreendedorismo social e responsabilidade social. **Linha Direta**: Educação por escrito. Belo Horizonte, n. 130, p. 40-1, jan. 2009.

DUARTE, Sérgio G. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares: Nobel, 1986.

GINDEL, Hans Van. O ensino superior e o desenvolvimento sustentável.. In: UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior; Declaração mundial sobre educação superior no século XXI**: visão e ação; Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. p. 350-380.

GODDARD, John. O papel das universidades no desenvolvimento regional. In: UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior; Declaração mundial sobre educação superior no século XXI**: visão e ação; Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. p. 385-424.

GOEBEL, M. A. & MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo – PR. Texto.

HAWERROTH, J. L. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense**. Florianópolis: Insular, 1999.

HERNANDEZ, Fernando B. T. UNESP: tecnologia regionalizada. **Folha da Ilha**, Ilha Solteira, 27 de mar. 1994, ano V, n. 209, p. 04.

LAUXEN, S. de L. Universidade regional. In: ENCICLOPÉDIA de pedagogia universitária: glossário. Brasília: INEP, 2006. p. 238.

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MANOLESCU, F. M. K. & LIBERATO, E. M. O impacto da universidade do Vale do Paraíba na comunidade local. In> XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do vale do Paraíba. 4 p.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

MENEZES NETO, Paulo E (org.). **Seminário, A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980, 291 p.

MINAYO, M. C. de S.(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE NETO, Orígenes. **O papel da universidade no desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1976.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENA EMPRESAS DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em números**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013, 127p.

SIEDENBERG, Dieter R. (org.) **Dicionário de desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

TEICHLER, Ulrich. Responder às exigências do mundo do trabalho. In: UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior; Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação; Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior**. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. p 313-347.

Universidade do Contestado. **Carta consulta da Universidade do Contestado**, Caçador. 1999.

Universidade do Contestado. **Processo de reconhecimento relatório final**. Caçador. 1996.

ZÖLLNER, Nivaldo. Universidade e desenvolvimento regional. **Vale Paraibano**, 22 out. 2003.

VALENTE, I. (apr.). **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.